



Despacho nº 451/2024

Maricá-RJ, 22 de agosto de 2024.

Assunto: Impugnação ao critério de julgamento da licitação e outro.

Procederemos à análise da temática acima indicada, tendo como objetivo trazer os esclarecimentos jurídicos necessários sobre o assunto.

1- Relatório

A Prefeitura Municipal de Maricá publicou o Pregão Eletrônico nº 15/2024, visando à contratação de empresa especializada no fornecimento de solução de serviços de computação em nuvem, abrangendo hardware, software e diversos serviços técnicos especializados.

Para isso, foi estabelecida o critério de julgamento menor preço global, o que gerou uma reação por parte da empresa MC 1000 Comercial LTDA, que apresentou uma impugnação ao edital argumentando que o fato restringe a competitividade do certame, impedindo a seleção da proposta mais vantajosa para o Município de Maricá e, limitando a participação de outros possíveis fornecedores que não conseguissem atender aos preceitos estabelecidos e por isso deveriam ter o fracionamento dos serviços.

É o relatório sobre o caso ao qual esta especializada passa a se manifestar.

2- Dos Efeitos Aditivos e Vinculantes das respostas às Impugnações

Inicialmente, é importante destacar que fora apresentada defesa à impugnação apresentada pela empresa INFOTECCH Soluções Corporativas em TI Ltda, em 07 de agosto de 2024, decidindo por seu indeferimento, nos mesmos termos da objeção apresentada por esta Licitante.

Logo, já fora objeto de análise e esclarecimentos por esta Secretaria, o tema em comento, conforme decisão proferida nos autos e devidamente publicados em nosso portal, sendo oportunizada a devida transparência e publicidade dos atos convocatórios, garantindo-se que todos os envolvidos tivessem acesso ao entendimento/interpretação dado por esta Administração para o tema questionado.

Dito isto, é preciso lembrar que as respostas às impugnações ao edital, prestados pela Administração no curso do processo licitatório, assim como os pedidos de esclarecimento, têm **efeito aditivo e vinculante**, à medida que não só acresce ao edital, como também vincula a todos os licitantes e à Administração Pública, que não pode decidir em sentido diverso daquele o qual já havia se manifestado, sob pena de ofensa ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório.



Assim prescrevem também diversos enunciados jurisprudenciais do Tribunal de Contas da União (TCU), conforme abaixo exemplificado:

"Os esclarecimentos prestados pela Administração ao longo do certame licitatório possuem natureza vinculante, não sendo possível admitir, quando da análise das propostas, interpretação distinta, sob pena de violação ao instrumento convocatório. (Acórdão 179/2021-TCU-Plenário)"

Pelo exposto, a este respeito, tem-se que o tema já fora esclarecido por esta Secretaria, prestando abaixo algumas considerações que possam somar com o assunto já abordado anteriormente em resposta à impugnação apresentada, para melhor elucidar a temática em apreço.

3- Considerações adicionais quanto ao mérito

No âmbito da administração pública, a contratação de serviços de tecnologia da informação deve seguir rigorosamente os princípios da economicidade, eficiência, segurança e continuidade dos serviços. Segundo o relatório recente da Gartner de 2023, a integração completa, padronizada e a centralização dos serviços de TI são imperativos para garantir a eficiência operacional e a proteção dos dados, mitigando os riscos associados à contratação.

Segundo Gartner 2023¹, *o conjunto complexo de recursos e serviços de data center é cada vez mais baseado em serviços gerenciados de nuvem privada virtual, além de serviços de nuvem pública em hiperescala. Ele é gerenciado por meio de uma combinação de serviços de gerenciamento remoto de infraestrutura (RIM), aproveitando ferramentas tradicionais, plataformas de gerenciamento de nuvem (CMPs) e automação inteligente e/ou hiperautomação.*

Desta forma, a infraestrutura de uma nuvem privada envolve, de forma integrada, serviços de infraestrutura, sistemas operacionais, serviços de armazenamento e serviços técnicos especializados.

Estes elementos são interdependentes e devem ser implementados e mantidos de forma inteiramente integrada, compatível e padronizada para garantir um desempenho otimizado e seguro, garantindo assim a integridade, a performance e a manutenção do ambiente. [Referência: Garrison et. al, 2015]².

Outro ponto importante a se observar é sobre a linguagem operacional proprietária. De acordo com Biglaisier, Crémer e Mantovani (2024, p. 27-28)³, diversos fornecedores podem dificultar a integração por utilizarem tecnologia proprietárias:

¹ GARTNER. Magic Quadrant for Data Center Outsourcing and Hybrid Infrastructure Managed Services, North America.

² Garrison, G., Wakefield, R. L., & Kim, S. (2015). "The effects of IT capabilities and delivery model on cloud computing success and firm performance for cloud supported processes and operations." International Journal of Information Management, 35(4), 377-393. Disponível em: <<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0268401215000250>>

³ BIGLAISIER, Gary; CRÉMER, Jacques; MANTOVANI, Andrea. The Economics of the Cloud. Março de 2024. Toulouse School of Economics, N.1520, pp. 27-28. Disponível em: <https://www.tse-fr.eu/sites/default/files/TSE/documents/doc/wp/2024/wp_tse_1520.pdf>



“Embora um certo grau de complexidade seja inevitável dada a natureza dos serviços em nuvem, algumas restrições técnicas podem ser projetadas pelos principais provedores de nuvem para evitar que algumas de suas funções funcionem efetivamente com as de fornecedores rivais. Ofcom (2023) afirma que tais barreiras técnicas são mais significativas do que deveriam ser e identifica uma série de serviços em nuvem AWS e Microsoft com potenciais limites de interoperabilidade. A Microsoft (Ofcom, 2023, página 104) respondeu que a interoperabilidade limitada pode, em alguns casos, ser o resultado natural da inovação, dado que os fornecedores de nuvens estão continuamente a atualizar os seus serviços com as mais recentes melhorias e inovações de segurança. A CISPE (2021) identifica diferentes formas sob as quais os fornecedores de software criam limites à interoperabilidade. Entre outras, as mais relevantes são especificidades de natureza técnica, em que os fornecedores de software podem empregar linguagem operacional proprietária para reduzir a facilidade de interação entre sistemas.”

Referente ao Custo Total de Propriedade, o parcelamento pode resultar em custos totais mais elevados, uma vez que os fornecedores geralmente oferecem melhores condições financeiras para contratos integrais de longo prazo. Portanto, a contratação integral não apenas otimiza os recursos financeiros, mas também assegura uma gestão mais eficiente, facilidade da fiscalização e coesão dos serviços prestados.

Considerando a análise técnica da viabilidade de parcelamento dos itens mencionados, concluiu-se que a segregação desses componentes comprometeria a integridade, eficiência e padronização, além de aumentar os riscos e custos do serviço contratado. Portanto, é tecnicamente justificado que os serviços em nuvem privada sejam contratados e fornecidos de forma integral. A contratação integrada não só atende aos princípios da economicidade e eficiência, como também está em conformidade com as melhores práticas internacionais e as normas de segurança da informação.

Portanto, a decisão de aglutinar os serviços em um único contrato é justificada pela necessidade de garantir a eficiência, a continuidade e a integridade dos serviços contratados, além de assegurar a economicidade e a racionalidade administrativa.

4- Quanto à Habilitação Econômico-financeira dos licitantes

Cumprе esclarecer que esta Secretaria atendeu ao ajuste pleiteado por esta Licitante, no que concerne ao pedido de retificação do item 13, letra B, subitem B.1, que evidencia erro material ao exigir apresentação do “balanço patrimonial e demonstrações contábeis”, somente “do último exercício social”, quando na verdade, o art. 69, I, da Lei nº 14.133/2021, impõe a apresentação do referido documento “dos 2 (dois) últimos exercícios sociais.

Em atenção ao presente, fora realizada errata para retificar a exigência em apreço, nos termos supracitados, de acordo com a NLLC, considerando, portanto, atendido o presente tópico.



5- Conclusão

Com base na análise das razões apresentadas de forma tempestiva pela impugnante, decidiu-se pelo deferimento parcial da impugnação apresentada.

Em vista da justificativa apresentada em tópico anterior, informe-se a devida publicidade de errata do item referente à habilitação econômico-financeira dos licitantes, no edital do Pregão Eletrônico nº 15/2024.

No mais, dê-se ciência à impugnante do inteiro teor desta decisão.

Cientifique-se os demais interessados.

Publique-se.

Lawrice de Santos Souza
Secretária de Planejamento, Orçamento e Fazenda.
Mat. 113.016